

Relações entre Julgamento Moral e Comportamento Moral em Função do Nível de Ansiedade (*)

ÂNGELA M. BIAGGIO (**)

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Apesar do problema do desenvolvimento moral tradicionalmente ter sido focalizado nos seus tríplices aspectos, comportamento (na teoria behaviorista), afecto (na teoria psicanalítica) e julgamento (nas teorias cognitivistas de Piaget e Kohlberg), há pelo menos duas décadas a ênfase no estudo da moralidade tem sido a cognitivista (conforme exposto nos capítulos 9 e 10 de Biaggio, 1988).

Pode-se dizer que a teoria de Kohlberg, brevemente resumida a seguir, tem dominado os estudos sobre desenvolvimento moral nestes últimos vinte anos, enriquecida pelas contribuições de outros autores como Turiel, Rest, Nucci, Gilligan, Gibbs e outros.

Partindo do ponto de vista construtivista de

(*) A investigação reportada neste artigo foi apresentada num Simpósio sobre desenvolvimento moral, Congresso IberoAmericano de Psicologia, Madrid, 5-10 de Julho de 1992.

A autora agradece o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

Toda a correspondência referente a este artigo deve ser endereçada para Ângela M. Biaggio, Universidade do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, R. Ramiro Barcelos, 2600, CEP 90210, Porto Alegre — RS, Brasil.

(**) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.

Piaget (1932), Kohlberg propôs na sua tese de doutoramento em 1958, uma formulação que acrescentou muito à contribuição de Piaget no campo específico do julgamento moral. Em 1963, surge a primeira publicação sobre o assunto, apresentando os dados em que se baseou para chegar à formulação dos estádios. Em 1971, Kohlberg publicou o artigo clássico «From is to ought», onde aprofunda a questão das relações entre a filosofia e a psicologia no campo da moral, argumentando que é possível a ligação entre o filosófico (ético-normativo) e o empírico (psicológico). Entre diversas obras suas e com co-autores, geralmente ex-orientandos de doutoramentos, destacam-se os «Essays on Moral Development», em dois volumes, de 1981 e 1984, respectivamente.

Os estádios de desenvolvimento moral propostos por Kohlberg são apresentados a seguir:

I — Nível pré-convencional

Estádio 1. Orientação para a punição e a obediência.

Estádio 2. Hedonismo instrumental relativista.

II — Nível Convencional

Estádio 3. Moralidade do «bom garoto», de aprovação e relações interpessoais.

Estádio 4. Orientação para a Lei e a Ordem, a Autoridade mantendo a moralidade.

III — Nível pós-convencional

Estádio 5. A orientação para o contrato social.

Estádio 6. Princípios universais de consciência.

2. A SINGULARIDADE DA TEORIA DE DESENVOLVIMENTO MORAL DE KOHLBERG

A fim de esclarecer porque acreditamos que a teoria de Kohlberg é radicalmente diferente de outras explicações sociais e psicológicas do desenvolvimento moral, vamos rever brevemente algumas delas para finalidade de comparação.

Para Durkheim (1953), a moralidade está inexplicavelmente ligada à aceitação do contrato social. O grupo é valorizado e a assimilação das normas e valores do grupo é essencial para o funcionamento da sociedade. Assim, a criança nasce numa cultura e vem a aceitar as suas normas. Isto não está longe da explicação freudiana das origens do «superego»: A fim de dissolver o chamado «complexo de Édipo» (amor pelo progenitor do sexo oposto), a criança identifica-se com o progenitor do mesmo sexo, internalizando a proibição básica do incesto, e também incorporando valores da sociedade através do mecanismo de identificação. Assim, a criança vem a acreditar nas proibições como se elas não tivessem sido impostas de fora. Ela chega a acreditar nesses valores por si mesma, independente de sanções externas.

Para os primeiros teóricos behavioristas da corrente de aprendizagem social que estudaram o comportamento moral, a consciência ou a moralidade, provavelmente, seria equivalente à resistência e à extinção, isto é, a criança é punida por determinados comportamentos tantas vezes, até um ponto em que ela deixa de executar aquele comportamento, mesmo na ausência de possibilidade de punição. Inversamente, o comportamento adequado que é reforçado muitas vezes eventualmente manter-se-á na ausência do reforço positivo. O termo técnico para tal é «resistência à extinção», porque as pesquisas demonstram que o comportamento tende a perder força e a extinguir-se quando o reforço é retirado. No entanto, dependendo de muitos factores, inclusive o tipo de esquema de reforço sob o qual determinado comportamento foi adquirido, muitas vezes o comportamento persiste na ausência de reforço, donde o termo *resistência à extinção*. Posteriormente, teóricos da corrente de aprendizagem social e cognitivista (Aronfreed, 1976; Mischel, 1976; Bandura, 1977) têm acrescentado dimensões

cognitivas ao processo, tais como expectativas, valor do incentivo, teste de hipótese. Mas mesmo no conceito de determinismo recíproco de Bandura é difícil encontrar-se algo além da internalização de valores da sociedade no que diz respeito ao desenvolvimento da criança.

É com o construtivismo de Piaget que se pode detectar algum papel para a acção humana no desenvolvimento da moralidade. A consciência evolui de um estágio heterónimo de respeito unilateral pela lei, que é considerada como sagrada e imutável, para um estágio de consciência autónoma. Contudo, o relato que Piaget (1932) faz dessa progressão põe tanta ênfase no papel da interacção com os companheiros, que faz duvidar que níveis mais altos da moralidade vão realmente além da cooperação democrática e internalização de regras da sociedade. Embora inspirado no modelo cognitivo-evolutivo de Piaget, o nível pós-convencional de Kohlberg parece deixar muito mais espaço para a consciência individual, para a liberdade, e para a possibilidade de transformação.

Talvez se pudesse dizer, analogicamente, que a maior parte das explicações psicológicas e sociais da moralidade, excepto a de Kohlberg, e possivelmente a de Piaget, são atacadas do mesmo pessimismo e negação da acção humana que permeiam os modelos reprodutivos.

É importante notar que Kohlberg (1971) afirma que Piaget e Freud «não distinguiram entre a perspectiva da manutenção da lei e da ordem (Estádio 4) e a perspectiva de obediência à autoridade e às regras.»

De acordo com Kohlberg, Durkheim e os sociólogos «descreveram mais adequadamente o aspecto de manutenção das regras da moralidade do Estádio 4 e estão correctos ao considerá-lo como a moral adulta 'normal' de qualquer sociedade» (p. 199). «Normal» é usado aqui no sentido de mais frequente.

3. A ESSÊNCIA DO PENSAMENTO PÓS-CONVENCIONAL NA CONCEPÇÃO DE KOHLBERG

De acordo com Kohlberg, há limitações óbvias à perspectiva do Estádio 4: (a) Ela não define obrigações nítidas para com pessoas fora do sistema (por exemplo, da nação-estado) ou

para com pessoas que não reconhecem as regras do seu próprio sistema; (b) Não apresenta guias racionais para a mudança social, para a criação de novas leis... Em contrapartida, o Estádio 5 apresenta claramente uma perspectiva necessária à racionalidade, criando leis «ex nihilo», ao invés de manter e solidificar as regras.

Kohlberg prossegue explicando como a perspectiva de manutenção-da-lei e a perspectiva de criação-de-leis envolvem duas atitudes diferentes em relação à lei e à sociedade. No Estádio 4, a ordem (ou sistema) deve ser defendida contra os seus inimigos (criminosos, dissidentes e inimigos estrangeiros). A propriedade privada é vista como cerne da sociedade, em vez de um arranjo institucional para maximização do bem comum dos indivíduos que compõem a sociedade.

No Estádio 5, o foco muda da defesa da lei para a legislação necessária para se maximizar o bem-estar dos indivíduos. A justiça, a liberdade e a igualdade têm prioridade sobre os direitos de propriedade. Regras de procedimento imparciais são exigidas, como ocorre na democracia constitucional. Enquanto o Estádio 4 entroniza a regra como uma entidade sagrada, a noção de democracia do Estádio 5 assegura a representatividade de indivíduos ou de minorias pluralísticas.

Para o Estádio 5, as leis devem ser elaboradas mediante procedimentos contratuais democráticos, a fim de maximizar o bem-estar. No entanto, há um vasto território indefinido, o das «situações que exigem a desobediência civil de leis constitucionais legítimas quando prescrevem um comportamento injusto».

Mas passemos ao Estádio 5, que representa o modo mais elevado de pensamento moral, sendo o primeiro de dois e apenas dois modos inovadores, consistentes, sistemáticos e estáveis do julgamento moral que fornecem respostas ao questionamento céptico e relativista que constitui a aurora da filosofia moral (Kohlberg, 1971).

O Estádio 6 representa uma orientação moral mais universalista, que define a obrigação moral em termos de: a) O princípio da justiça; b) o princípio de «role-taking»; c) o princípio de respeito pela personalidade. Acharmos essencial reproduzir trechos da resposta de um filósofo (citado por Kohlberg, 1971, p. 208-209) ao dilema de Heinz, a fim de ilustrar o que significa o pensamento do Estádio 6:

«Sim, foi errado legalmente, mas moralmente correcto. Acredito que a pessoa tem um dever *prima facie* de salvar uma vida (quando se está em posição de fazê-lo). E neste caso, o dever legal de não roubar é nitidamente superado pelo dever moral de salvar uma vida. É minha opinião que sistemas de lei são válidos apenas na medida em que refletem ou incarnam o tipo de lei moral que a maioria dos homens racionais podem aceitar. No caso de conflito entre o imperativo de uma lei específica e um imperativo moral, pode-se frequentemente ‘ver’ ou intuir que se ‘deve’ violar uma lei a fim de preencher um dever moral. Se isto não for conveniente, e ainda não estiver claro porque se deve violar uma lei que proíbe o roubo a fim de salvar uma vida, pode-se apelar para a razão tanto quanto para a intuição. Antes de tudo, o reconhecimento do dever moral de salvar uma vida sempre que é possível, deve ser feito. Se alguém pretende não reconhecer esse dever, pode-se mostrar que essa pessoa está a deixar de tornar a sua decisão reversível e universalizável, isto é, que ela não está a considerar a situação do ponto de vista da pessoa cuja vida se está a salvar, tal como da pessoa que pode salvar a vida, ou do ponto de vista da possibilidade de qualquer pessoa preencher esses dois papéis. Então pode-se mostrar que o valor da propriedade, e, portanto, a autoridade da lei que protege a propriedade são subordinadas ao valor de uma vida humana, e ao dever de preservar aquela vida, respectivamente. Já que toda a propriedade tem apenas um valor relativo e apenas pessoas podem ter um valor incondicional, seria irracional comportar-se de maneira tal que tornasse a vida ou a perda da vida um meio para a preservação de direitos de propriedade. Não apenas leis podem ser conflitantes, mas também as leis podem em algumas situações tender a contradizer o fundamento último do acto consciente de criação e manutenção de uma instituição social. Esse fundamento é o da justiça individual, o direito de toda a pessoa a uma consideração igual das suas reivindicações em todas as situações, não apenas aquelas que estejam codificadas na lei. É um facto que nem todas as situações podem estar codifi-

cadras na lei, e mesmo se estivessem, isso não alteraria o facto de que tais leis ainda assim seriam derivadas e expressariam a lei 'superior', 'mais básica', 'absoluta', etc., talvez melhor formulada que tudo para a finalidade presente na 'fórmula de autonomia' de Kant, que diz, 'tratar cada pessoa como um fim e não como um meio' ».

4. RELAÇÕES ENTRE JULGAMENTO MORAL E ACÇÃO MORAL

Kohlberg afirma que há alguma relação entre julgamento moral e comportamento moral, focalizando os estudos relatados em Kohlberg e Candee (1984) sobre as reanálises dos dados de Haan, Smith e Block (1968) sobre o movimento pela liberdade de expressão em Berkeley, e de Milgram (1964) sobre a obediência à autoridade.

Blasi (1980) apresentou uma resenha crítica dos estudos que lidam com a questão da consistência entre julgamento moral e comportamento, desde os estudos clássicos de Hartshorne e May (1928) até aos mais recentes na época. Divide esses estudos em cinco grandes grupos: a) os estudos sobre delinquência e julgamento moral; b) sobre o comportamento em situações de vida real e julgamento moral; c) sobre altruísmo e julgamento moral; d) sobre honestidade e julgamento moral; e) sobre resistência ao conformismo e julgamento moral.

Quanto aos estudos sobre delinquência, fenómeno que Kohlberg associa com a moralidade pré-convencional, Blasi encontrou doze estudos relevantes, dos quais seis indicavam que pelo menos 80% do grupo delincente estava nos Estádios 1 e 2. Mas outros estudos relatam números substanciais de delinquentes que obtiveram *scores* no nível convencional. Como os estudos variaram no método de avaliação do julgamento moral, torna-se difícil avaliar esses resultados. É um facto que os resultados mais anómalos foram encontrados nos estudos que utilizaram medidas objectivas dos estádios Kohlbergianos: Schmidlin (1977) relatou que o *score* médio do grupo delincente foi entre os Estádios 3 e 4. Kantner (1976) relatou que apenas 10% da sua amostra delincente era pré-convencional e que 31% já atingia o nível pós-convencional ou estava em transição para esse

nível. É possível que, de acordo com a noção de que o reconhecimento é mais fácil do que a produção (como ocorre na aprendizagem da linguagem), seja mais fácil aos sujeitos obter *scores* mais altos em medidas objectivas de julgamento moral, do que em medidas que exigem produção de uma verbalização do julgamento moral. Por outras palavras, é mais fácil ao sujeito reconhecer uma expressão de julgamento mais próxima do que ele pensa do que produzir tal verbalização. De qualquer forma, fica nítido que vários estádios podem ocorrer em amostras de delinquentes. O julgamento moral é um aspecto importante da delinquência, mas certamente não explica totalmente esse comportamento desviante.

Relativamente a estudos que lidam com a relação entre julgamento moral e comportamento moral na vida real, os doze estudos comentados nesse grupo têm uma característica em comum: todos eles tentam relacionar julgamento moral com comportamentos específicos ou com acções habituais na vida real.

Os métodos utilizados nesses estudos foram a avaliação pela professora (Damon, 1977; Kohlberg, 1958; Santrock, 1975); sociogramas (Harris, Mussen & Rugherford, 1976; Porteus & Johnson, 1965); auto-avaliações (Haan et al, 1968), e observações (Krebs & Rosenwald, 1977). Segundo Blasi, estas técnicas são menos fidedignas do que as dos estudos de laboratório. Outro ponto importante é que os comportamentos estudados nem sempre apresentam uma ligação clara com a questão da moralidade (por exemplo: participação política, uso de drogas, comportamento sexual, e outros.)

Os resultados são contraditórios. Seis desses estudos revelaram correlações significativas entre julgamento moral e comportamento, seis revelaram correlações negativas e os outros apresentaram resultados mistos.

Há ainda um grupo de estudos que examina a relação entre julgamento moral e honestidade. Estes estudos usam, em geral, o paradigma conhecido como «resistência à tentação» e consistem em situações experimentais de laboratório em que o sujeito é tentado a transgredir uma regra ou proibição. Há muitos problemas com a lógica da hipótese de relação entre julgamento moral e honestidade. Um indivíduo no Estádio 2 poderia não querer roubar com medo de ser

apanhado em flagrante; um indivíduo no Estádio 3 poderia não querer roubar por causa das normas sociais e das expectativas, e por causa de um desejo internalizado de conformismo; uma pessoa mais amadurecida não deveria querer roubar por causa da necessidade de manter confiança recíproca, o que constitui o fundamento de uma sociedade viável. Se o experimenter conseguir eliminar o medo de ser apanhado em flagrante, o que é difícil, deve haver diferenças entre os sujeitos pré-convencionais e os outros, mas restam ainda alguns problemas: deveriam as pessoas pós-convencionais roubar menos do que os convencionais? A relação entre julgamento moral e resistência à honestidade é monotónica? Arndt (1976) afirma que é impossível predizer-se o comportamento moral a partir do estádio de julgamento moral.

Dos dezasseis estudos encontrados, sete parecem rejeitar a hipótese, três dão resultados mistos, apoiando a hipótese em relação a um comportamento e não em relação a outro, com uma medida e não com outra, e sete estudos apoiam a hipótese.

Mas é difícil chegar-se a uma conclusão, dada a diferença entre as situações experimentais utilizadas: em todas elas houve algum incentivo oferecido e a impressão de que era seguro roubar sem ser apanhado. Mas as situações não são equivalentes, e encontram-se baixas intercorrelações entre roubo numa tarefa e noutra. No entanto, essa própria inconsistência aponta para a importância que tem o significado de cada tarefa, e se ela será vista com implicações morais ou não, levando assim à questão da importância do julgamento moral. Blasi concluiu que não é descabido concluir-se que há uma relação entre julgamento moral e comportamento de resistência à tentação. Frequentemente, no entanto, mesmo quando estatisticamente significativas, essas correlações são baixas, o que sugere que o julgamento moral não é o único determinante do comportamento moral. A inteligência é um factor que aparece sempre correlacionado com julgamento moral e com honestidade, assim como a atenção (Krebs & Kohlberg, 1977). Estes autores consideram que a atenção e a inteligência são componentes de um factor que chamaram de força do ego e que seria mediador da consistência entre julgamento moral e comportamento. Biaggio (1967) e Nelsen,

Grinder e Biaggio (1969) também estudaram a importância da força do ego como variável moderadora nessa relação, mas até recentemente esse tipo de estudo perdeu importância, provavelmente devido à enorme influência cognitivista na Psicologia.

Destacam-se ainda, mais no âmbito da Psicologia Social, os estudos sobre o altruísmo e as suas relações com o julgamento moral. Estes estudos (conforme revistos em Biaggio, 1988) apontam o lado positivo da moralidade, estudando o comportamento pró-social, ao invés de apontar as proibições e a resistência à tentação, típicos da década de sessenta. São estudos do comportamento de compartilhar, de ajudar um estranho em dificuldades, doações para órfãos, etc.. De entre os estudos que apontaram as relações entre julgamento moral e altruísmo, de dezanove pesquisas, onze confirmaram claramente a hipótese de relação positiva, quatro apresentaram resultados negativos e outros quatro apresentaram resultados mistos ou ambíguos. Estes últimos, coincidentemente, foram os que utilizaram o voluntariar-se para uma actividade com índice de altruísmo, o que deve ser levado em conta em termos de precauções metodológicas em futuros estudos.

Finalmente, há os estudos que tentam associar o julgamento moral com o conformismo, dos quais o mais famoso é a reanálise dos estudos de Milgram sobre obediência à autoridade. Outros foram baseados no paradigma de conformismo de Asch (situações experimentais de julgamento de comprimento de uma recta, sob influência de um cúmplice do experimenter).

Nos estudos baseados em Milgram existe uma evidência ténue a favor de uma correlação positiva entre maturidade de julgamento moral e resistência à pressão por conformismo, no caso em que este envolvia dar choques em outro sujeito, supostamente na sala ao lado (McNamee, 1972).

Quanto à independência de julgamento, no caso da situação de Asch, a evidência é mais clara (Andreason, 1972).

Em conclusão, as pesquisas apresentadas por Blasi dão indicação para a hipótese de correlação entre julgamento moral e acção moral. Segundo este autor, no entanto, o apoio empírico varia de área para área. É mais forte para as

hipóteses de que o julgamento moral de delinquentes difere do de não-delinquentes, e que nos estádios superiores de julgamento moral há maior resistência à pressão pelo conformismo ao julgamento de outrem. Há evidência clara, mas não tão forte, para a hipótese de que estádios superiores de julgamento moral estejam associados com maior honestidade ou altruísmo. Finalmente, há pouca expectativa de que indivíduos no nível pós-convencional resistam mais à pressão para o conformismo nas suas acções morais.

O que parece não ter sido levado em conta, conforme salienta Blasi nos seus comentários críticos, é a questão da *mediação da consistência entre julgamento e acção*. Blasi fez um levantamento de estudos pró ou contra a hipótese de relação entre julgamento e acção. Fatalmente, nestes estudos aparecem alguns com resultados favoráveis e outros com resultados desfavoráveis, já se utilizando actualmente a técnica de meta-análise, que permite um «desempate» quantitativo desses resultados. Mas o que fica esquecido é o porquê da consistência ou inconsistência. O que faz com que certas pessoas apresentem consistência entre julgamento e acção e que outras sejam inconsistentes? O assunto foi abordado por autores como Krebs e Kohlberg (1977); Biaggio (1967); Nelsen, Grinder e Biaggio (1969) e outros. Porém, foi deixado de lado por muito tempo, o que se pode atribuir ao tremendo impacto do cognitivismo na Psicologia, que fez sombra aos estudos sobre afecto e comportamento. Após a revisão de Blasi, são raros os estudos na literatura sobre as relações entre julgamento e comportamento moral.

Dentre estes estudos, destacam-se como mais relevantes para a nossa hipótese os de Lytton et al. (1987), o de Linn (1988) e o de Bear (1989). Lytton et al. (1987) encontraram apenas uma «ténue relação» entre julgamento moral e o relato pelos pais, do comportamento moral de crianças de oito a dez anos. Esta relação foi inexistente quando se controlou a capacidade verbal. Os autores concluíram que o julgamento moral se correlaciona mais com a capacidade verbal do que com o comportamento.

Linn (1988) estudou a relação entre julgamento e comportamento em dois contextos sociais extremos: soldados que se recusaram a lutar (na

guerra do Líbano, de 1982 a 1983) e médicos que entraram em greve. Verificaram consistência entre julgamento e acção no caso dos soldados, sendo que os que apresentavam maiores *scores* em julgamento moral foram os que se recusaram a lutar. Encontraram, porém, baixa consistência entre julgamento e comportamento entre médicos em greve, que justificaram a greve como lamentável, porém necessária.

Bear (1989) relata correlações positivas entre medidas de julgamento moral e comportamento em meninos, utilizando as situações de julgamento moral de Kohlberg, um teste de raciocínio socio-moral e uma lista de problemas de comportamento.

Num estudo preliminar, Biaggio, Jussara, Sandri, Vinas e Simões (1991) testaram o nível de julgamento moral de presidiários do sexo masculino e feminino, condenados por diversos crimes. A expectativa era a de que se julgamento moral e comportamento moral se correlacionam, os presidiários apresentariam níveis de julgamento moral inferiores aos da população em geral, ou estudantes, para os quais dispomos de mais dados. De facto, a média dos 25 presidiários do sexo masculino na «Entrevista de Julgamento Moral» de Kohlberg foi de 263, situando-os entre o Estádio 2 (do nível ainda pré-moral) e o Estádio 3 (início da moral convencional). A média da amostra feminina foi próxima desse valor, 269. Embora não se tenha feito um grupo de controlo específico para este estudo, os dados médios são nitidamente inferiores aos da população em geral ou de universitários, que em geral se situam entre os níveis 3 e 4, atingindo muitas vezes o nível pós-convencional. Mesmo entre «meninos de rua» (Barreto, 1990), a média já é em torno do Estádio 3, mais alta portanto que a dos presidiários.

Estes resultados sugerem uma relação entre comportamento moral e julgamento moral.

No presente estudo verifica-se a questão das relações entre julgamento moral, comportamento moral e ansiedade.

A fundamentação teórica para a questão da ansiedade baseia-se na teoria de Spielberger (1972), que distingue a ansiedade enquanto estado transitório e a ansiedade como estado crónico da personalidade. Segundo este autor, «a ansiedade pode ser conceptualizada como

um estado emocional transitório, ou uma condição do organismo humano que varia em intensidade e flutua no tempo. A condição é caracterizada por sentimentos subjectivos, conscientemente percebidos de tensão e apreensão, e activação do sistema nervoso autónomo. O nível de ansiedade estado deve ser alto em circunstâncias que são percebidas pela pessoa como ameaçadoras, independentemente do perigo objectivo. A intensidade do estado de ansiedade deve ser baixa em situações sem *stress*, ou em circunstâncias em que o perigo objectivo não é percebido como ameaçador. O traço de ansiedade refere-se a diferenças relativamente estáveis em predisposição à ansiedade, isto é, a diferenças na disposição para perceber uma gama de situações como perigosas ou ameaçadoras» (p. 19).

Noutra publicação (Biaggio, 1991), são discutidas as relações entre ansiedade traço-estado e maturidade de julgamento moral. Lourenço (1992) também dedica um capítulo da sua obra «Psicologia do Desenvolvimento Moral» à questão da consistência entre julgamento e comportamento moral, considerando desde as ideias de Aristóteles até às da teoria de aprendizagem social de Kohlberg.

5. HIPÓTESES

As relações entre ansiedade, julgamento moral e comportamento moral são testadas neste estudo, mediante as seguintes hipóteses:

- 1) Os *scores* de maturidade de julgamento moral de sujeitos que falsificam os seus *scores* num teste escolar, a fim de obter um bom conceito (nota, ou avaliação), são inferiores aos de sujeitos «honestos», que não o fazem, em situação de tentação.
- 2) Os sujeitos honestos apresentam *scores* mais baixos em estado e traço de ansiedade que os desonestos.

Procurar-se-á ainda investigar a questão da coerência entre julgamento e comportamento enquanto possivelmente mediada pela variável ansiedade.

6. SUJEITOS

Os sujeitos foram 28 estudantes universitários,

alunos do curso de psicologia, sendo 8 rapazes e 20 raparigas, com idades variando entre os 17 anos e os 30 anos.

7. INSTRUMENTOS

Foi utilizada a adaptação brasileira (Biaggio & Barreto, 1990) do «Sociomoral Reflection Objective Measure» (SROM) de Gibbs et al. (1984), para a avaliação da maturidade do julgamento moral. O SROM consiste em dois problemas morais Kohlbergianos, o do «roubo do remédio» e o do «a criança e o acampamento», aos quais o sujeito responde sob a forma de múltipla escolha. Detalhes sobre a adaptação para o Brasil, validade e fidedignidade, constam em Biaggio & Barreto (1990). O Problema 1 compreende dez itens e o Problema 2, seis itens. Cada item tem seis alternativas de resposta, sendo que cinco correspondem aos estádios de 1 a 5 de Kohlberg, e uma alternativa é uma pseudo-resposta, com o objectivo de detectar os sujeitos que estão a responder ao teste de forma leviana, seja por desatenção, falta de compreensão, ou tentativa de fingir respostas que parecem ao sujeito serem as mais adequadas. Mais de duas respostas deste tipo invalidam o resultado do sujeito.

A tradução inicial foi feita pela autora e foi vertida do inglês por dois professores bilingues, sendo considerada adequada. A tradução do teste foi aplicada numa amostra piloto. O principal problema encontrado foi o do desinteresse dos sujeitos em marcar para cada alternativa de múltipla escolha o grau de proximidade com o seu pensamento (muito próxima, mais ou menos próxima, nada próxima), para depois escolher «a mais próxima de todas», de acordo com as instruções originais. Além disso, foi comum assinalarem quatro alternativas, às vezes as do estádio 2, 3, 4 e 5, como muito próximas do seu pensamento. Assim, optou-se por uma escolha forçada, em que o sujeito responde apenas qual a alternativa que mais se aproxima da argumentação que ele próprio daria.

Esta forma simplificada do SROM foi aplicada então numa amostra de 29 sujeitos bilingues, que fizeram o teste, uma vez em inglês e uma outra em português. Quinze sujeitos fizeram o teste, primeiro em inglês e depois em português,

e quatorze sujeitos fizeram o inverso, a fim de contrabalançar o factor «ordem de apresentação». Estes sujeitos eram professores de inglês ou alunos avançados em cursos particulares de inglês.

A técnica de aplicação em sujeitos bilingues é das mais conceituadas para se verificar a adequação da tradução de testes psicológicos e pressupõe que se a tradução estiver adequada, os sujeitos bilingues deverão obter aproximadamente os mesmos *scores* nas duas formas, gerando uma correlação positiva alta. A correlação obtida foi de 0,4593, $p=0,06$, para os *scores* totais na forma em inglês e na forma em português.

A forma em português foi aplicada a 190 sujeitos, alunos de faculdades particulares e alunos do segundo grau, de ambos os sexos, para verificação de fidedignidade.

Calculou-se o alfa de Cronbach para o teste total, bem como para os dois problemas, separadamente. Os valores obtidos foram de 0,4396, 0,55 e 0,20, respectivamente. A correlação entre os resultados no Problema 1 e no Problema 2 foi de 0,46, $p=0,05$.

Também se verificou a consistência interna através da técnica de correlação item-*score* total. Os valores são aceitáveis para quase todos os itens do Problema 1, porém baixos para o Problema 2. Os resultados relativos à fidedignidade não são tão altos quanto os da forma original americana. Dados os altos valores dos coeficientes de correlação entre a maioria dos itens em inglês e em português, bem como a maior tendência dos sujeitos brasileiros para apresentar maior dispersão nas respostas, ou seja, de não responder consistentemente num estádio, não só no SROM como na entrevista de julgamento moral (Biaggio, 1985), não se pode considerar o Problema 2 como não fidedigno. Há a possibilidade dos sujeitos, não sendo perfeitamente bilingues, não constituírem a amostra ideal para essa técnica. Os índices de fidedignidade para a forma completa (não-simplificada) foram semelhantes (0,45), não se podendo atribuir problemas à simplificação da forma. Existe também uma forma feminina do teste em português.

Para a avaliação da ansiedade foi utilizado o Inventário de Ansiedade Traço-Estado (IDATE), de Spielberger, adaptado para o Brasil por Biaggio, Natalício e Spielberger (1979),

editado pelo CEPA. Informações sobre validade, fidedignidade e padronização, tanto na forma original em inglês como na forma em português constam no Manual. Este instrumento compreende dois conjuntos de vinte itens cada, constituídos por afirmações auto-descritivas que são avaliadas de 1 a 4 pontos cada uma. O primeiro conjunto mede o estado de ansiedade e o segundo mede o traço de ansiedade.

Foi utilizada, ainda, uma prova de conhecimentos de Psicologia do Desenvolvimento, com 20 itens de múltipla escolha, como parte da manipulação experimental explicada a seguir.

8. PROCEDIMENTO

Os sujeitos eram alunos da Disciplina de Psicologia do Desenvolvimento II, com a mesma professora com que haviam cursado Psicologia do Desenvolvimento I no semestre anterior. Numa das primeiras aulas do semestre foram solicitados a responder a uma prova, com o objectivo expresso de ver o que haviam assimilado e retido da matéria do semestre anterior. Tratava-se de uma prova de múltipla escolha, com 20 itens, que deveriam ser respondidos numa folha de resposta separada.

As provas foram recolhidas e corrigidas por um assistente de pesquisa, que registou as notas e nomes numa lista, sem assinalar nada nas provas nem nas folhas de resposta. Na aula seguinte, a professora informou que não havia corrigido as provas por falta de tempo, mas que escreveria o resultado no quadro, devolvendo as folhas com as respostas, para que cada um corrigisse as suas provas. Pediu então que escrevessem numa lista o número de respostas certas que cada um obteve, não recolhendo as folhas com as respostas. Este procedimento de tentação à falsificação dos *scores* é semelhante ao utilizado por Pittel (1966). Numa terceira ocasião, os alunos responderam a uma medida de julgamento moral, o SROM de Gibbs et al. (1982), adaptado por Biaggio (1989) e a uma medida de ansiedade, Inventário de Ansiedade Traço-Estado de Spielberger, como actividade de participação em pesquisa. Planeou-se um «debriefing» pela investigadora para o final do semestre.

TABELA 1
Dados dos sujeitos que aumentaram o número de respostas certas

N	SEXO	JM	A.-ESTADO			A.-TRAÇO			P1	P2
			E	T	P	E	T	P		
01	0	450	41	50	53	32	39	16	12	13
02	0	381	50	58	79	49	58	77	07	08
03	1	380	42	53	61	44	57	74	07	13
04	0	405	39	49	45	31	40	09	15	16
MÉDIAS		404	43	53	60	39	49	44	10	15

TABELA 2
Dados dos sujeitos que diminuíram o número das respostas certas

N	SEXO	JM	A.-ESTADO			A.-TRAÇO			P1	P2
			E	T	P	E	T	P		
05	0	230	38	48	41	38	47	39	15	1
06	1	370	44	54	74	42	55	69	13	12
07	1	270	46	56	73	44	57	74	15	14
MÉDIAS		290	43	53	63	41	53	61	14	13

9. RESULTADOS

Dos 35 sujeitos que formavam a amostra inicial, sete foram eliminados por não terem comparecido às duas sessões, faltando dados, portanto, numa ou noutra variável. Dos 28 sujeitos cujos dados ficaram disponíveis, verificou-se que quatro sujeitos modificaram o seu número de respostas certas, aumentando-as; três sujeitos diminuíram num ponto o seu número de respostas certas; os restantes não fizeram modificações.

O tamanho pequeno da amostra, assim como a disparidade entre o número dos que modificaram as notas e os que não o fizeram, dificulta chegar-se a conclusões com uma análise estatís-

tica, que, não obstante, foi executada, com técnicas não-paramétricas.

O facto de três sujeitos terem modificado os seus *scores* para baixo, prejudicando-se a si próprios também é surpreendente, levando a suspeitar de distração ou desinteresse por parte desses alunos no momento de corrigirem a prova.

Estas peculiaridades levam-nos a tratar estes resultados mais como um estudo piloto, em que se procuram explicações, hipóteses, e talvez novos procedimentos, no qual se possam basear conclusões mais firmes sobre a questão das relações entre julgamento, comportamento e ansiedade.

As Tabelas 1 a 3 apresentam os resultados obtidos.

TABELA 3
Dados dos sujeitos que não alteraram as respostas certas

N	SEXO	JM	A.-ESTADO			A.-TRAÇO			P1	P2
			E	T	P	E	T	P		
08	1	380	43	54	65	33	44	26	13	13
09	0	440	33	40	20	25	24	01	13	13
10	0	400	32	39	16	42	52	54	10	10
11	0	450	28	35	05	28	32	04	14	14
12	0	420	34	42	23	37	46	34	14	14
13	0	440	60	66	92	36	45	30	09	09
14	0	431	41	50	53	37	46	34	11	11
15	0	340	33	40	20	41	51	50	14	14
16	1	410	36	45	31	35	46	37	15	15
17	0	410	33	40	20	35	44	27	08	08
18	0	440	36	45	33	34	42	22	16	16
19	0	403	41	50	53	37	46	34	11	11
20	0	405	36	45	33	41	51	50	14	14
21	1	444	37	46	36	41	54	50	15	15
22	1	440	39	49	46	35	46	37	13	13
23	0	420	43	52	62	44	54	62	07	07
24	1	450	33	41	19	36	48	42	12	12
25	1	390	42	53	61	49	61	86	09	09
26	0	406	41	50	53	38	47	39	13	13
27	1	431	38	50	41	45	58	77	12	12
28	0	400	38	47	41	42	52	54	15	15
MÉDIAS		417	40	47	39	38	47	40	12	12

Sendo o grupo composto de apenas 8 rapazes e 20 raparigas, e não havendo diferenças de sexo significativas nas variáveis julgamento moral, ansiedade-estado e ansiedade-traço, os dados foram combinados.

As diferenças entre as médias em julgamento moral dos alunos que «aumentaram», «diminuíram» ou «mantiveram» o número de respostas certas na prova foram testadas através da análise de variância não-paramétrica de Kruskal-Wallis.

A Tabela 4 apresenta as posições ordinais médias dos sujeitos que mantiveram, aumentaram, ou diminuíram o número de respostas certas.

A diferença entre o grupo dos que mantiveram e o grupo dos que aumentaram as notas

não atingiu significância. Já a diferença entre o grupo dos que aumentaram e o grupo dos que diminuíram foi significativa, $p=0,0339$. A diferença entre os que mantiveram as notas e os que diminuíram foi significativa ($p=0,0076$). Combinando-se os grupos que alteraram as respostas certas (para mais ou para menos) e contrastando em grupo combinado com os que não alteraram o número de respostas certas também se encontraram diferenças significativas, $p=0,0238$.

Além disso, foram feitas análises de variância Kruskal-Wallis para verificar a significância das diferenças entre os três grupos nas variáveis ansiedade-estado e ansiedade-traço.

Estas análises revelaram diferenças signifi-

TABELA 4

Posições ordinais médias na variável maturidade de julgamento moral, dos sujeitos que mantiveram, aumentaram, ou diminuíram o número de respostas certas na prova

Grupo	Posição ordinal média	n	qui-quadrado	p
não alteraram	16,52	21	8,01	0,018
aumentaram	13,00	4		
diminuíram	2,33	3		

cativas ao nível de 0,0561 para ansiedade-estado, sendo que os que aumentaram ou diminuíram o seu número de respostas certas apresentam maior estado de ansiedade do que os que não alteraram o número de respostas certas.

Na variável ansiedade-traço não houve diferenças significativas, $p=0,4381$.

Tentou-se analisar, ainda, se a ansiedade seria uma variável moderadora da coerência entre julgamento e comportamento moral, cruzando-se os sujeitos com julgamento moral baixo (considerou-se baixo um *score* SROM < 400 ou alto SROM > 401) com a alteração do número de respostas certas (não alteraram, aumentaram ou diminuíram). A tabulação cruzada obtida é apresentada na Tabela 5.

TABELA 5
Tabulação cruzada de julgamento e comportamento moral

Grupo	Julgamento Moral	
	Baixo	Alto
não alteraram	5	16
aumentaram	2	2
diminuíram	3	0

As diferenças entre sujeitos coerentes e incoerentes nas variáveis ansiedade-estado e ansiedade-traço não foram significativas,

utilizando-se o teste de Mann-Whitney ($p=0,87$ e $p=0,91$, respectivamente).

10. DISCUSSÃO

A pequena dimensão da amostra, a disparidade entre o número de sujeitos que transgrediram e os que não o fizeram, aliada ao resultado surpreendente de que alguns sujeitos alteraram o número de respostas certas na prova no sentido de diminuí-los, torna difícil chegar-se a algumas conclusões.

A análise estatística feita, assim como a inspeção visual dos dados, leva às seguintes conclusões provisórias: os sujeitos que mantiveram o número de respostas certas têm um nível de julgamento moral mais alto do que os que o alteraram, resultado coerente com a primeira hipótese, que afirma a coerência entre julgamento e comportamento moral. Esta conclusão, porém, é complicada pelo facto de que dos sete sujeitos que alteraram o número de respostas certas, quatro fizeram-no no sentido de favorecer as suas notas na prova, porém três fizeram-no no sentido de baixá-las, prejudicando-se a si próprios, o que à primeira vista poderia ser atribuído a mero descuido, ou engano.

Chama a atenção, porém, que esses três sujeitos apresentaram os níveis mais baixos de julgamento moral da amostra ($X=290$), situando-se entre o estágio 2 (pré-moral, hedonista) e o 3. Esse descuido de corrigir a prova poderia ser indicativo, segundo a interpretação psicanalítica, de uma desvalorização e baixa auto-estima, que se reflectira, também, no desempenho cognitivo em geral, incluindo-se o raciocínio moral.

É igualmente interessante notar-se que o estado de ansiedade dos dois sub-grupos que alteraram o número de respostas certas foi significativamente maior do que o dos que não o fizeram, ao passo que não houve diferenças quanto a traço de ansiedade. A situação de correcção da prova parece, portanto, ter mobilizado a ansiedade dos alunos que alteraram as notas, mas não a dos outros.

A questão das inter-relações complexas entre julgamento moral, comportamento moral e o papel da ansiedade nessa relação certamente merece mais estudos.

BIBLIOGRAFIA

- Andreason, A.W. (1976). The effects of social responsibility, moral judgement, and conformity on helping behavior. Doctoral dissertation, Brigham Young University, 1975. *Dissertation, Abstracts International*, 36: 5856B (University Microfilms No. 76-9829). In Blasi, 1980.
- Arndt, A.W. (1976). Maturity of moral reasoning about hypothetical dilemmas and behavior in an actual situation. Doctoral dissertation, University of California, Berkeley, 1975. *Dissertation, Abstracts International*, 37: 435B (University Microfilms No. 76-15.099). In Blasi, 1980.
- Aronfreed, J. (1976). Moral development from the standpoint of a general psychological theory. In *Moral Development and Behavior* (T. Lickona, Ed.). New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Bandura, A. (1977). Self-efficacy: Toward a unifying theory of behavioral change. *Psychological Review*, 84: 191-215.
- Barreto, M.S.L. (1990). Julgamento Moral de Meninos de Rua. Tese de doutoramento. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Bear, G. (1989). Sociomoral reasoning and antisocial behavior in sixth-graders. *Merril-Palmer Quarterly*, 35, 2: 181-196.
- Biaggio, A. (1967). Relationships among behavioral, cognitive and affective aspects of children's conscience. Doctoral Dissertation. University of Winsconsin-Madison.
- Biaggio, A. (1985). Discussões de julgamento moral: idiossincrasias do caso brasileiro. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1: 195-204.
- Biaggio, A. (1988). *Psicologia do Desenvolvimento*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes.
- Biaggio, A. & Barreto, M.S.L. (1990). Adaptação brasileira de uma medida objectiva de julgamento moral. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, no prelo.
- Biaggio, A., Lummertz, J.L., Sandri, S., Simões, S. & Vinas, A.C. (1991). Julgamento moral de presidiários e presidiárias de Porto Alegre. Manuscrito.
- Biaggio, A. (1991). Relationships between maturity of moral judgement and state-trait anxiety. In *Stress and Emotion* (C.D. Spielberger et al., Ed.), vol. 14. New York: Hemisphere Publishing Co.
- Biaggio, A. & Morosini, M. (1987). Reproducción, resistencia y pensamiento post-conventional: una comparación entre las teorías de Kohlberg y Giroux cerca del papel de la escuela en la transformación social. *Boletín de Psicología* (Universidad José Simeon Canas, El Salvador), 6, 26: 271-286.
- Biaggio, A., Natalício, L. & Spielberger, C.D. (1977). Development of the experimental portuguese form of the State-Trait Anxiety Inventory. In *Cross-cultural Anxiety* (C.D. Spielberger & R. Diaz-Guerrero, Eds.), vol. I. New York: Wiley.
- Blasi, A. (1980). Bridging moral cognition and moral action: a critical review of the literature. *Psychological Bulletin*, 88: 1-45.
- Colby, A. & Kohlberg, L. (1987). *The Measurement of Moral Judgement*, Vols. I and II. New York: Cambridge University Press.
- Damon, W. (1977). *The social world of the child*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Durkheim, E. (1953). *Sociology and Philosophy*. Glencoe, Ill.: Free Press. Original 1900.
- Eckemberger, L. (1983). *Entwicklung sozialer Kognitionen*. Stuttgart: Klett.
- Eisenberg, N.H. (1977). The development of prosocial moral judgement. *Dissertation Abstracts International*. In Blasi, 1980.
- Erikson, E. (1963). *Childhood and Society*. New York: Norton.
- Fowler, J. (1981). *Stages of Faith: The Psychology of Human Development and the Quest for Meaning*. San Francisco: Harper & Row.
- Gibbs, J.C., Arnold, K.D., Morgan, R.L., Schwartz, E.S., Cavaghan, M.P. & Tappan, M.B. (1984). Construction and validation of a multiple choice measure of moral reasoning. *Child Development*, 55: 527-536.
- Gilligan, C. (1982). *In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Haan, N., Smith, M.B. & Block, J. (1968). Moral reasoning of young adults: political-social behavior, family background and personality correlates. *Journal of Personality and Social Psychology*, 10: 183-201.
- Habermas, J. (1983). Interpretive Social Science vs Hermeneuticism. In *Social Science as Moral Inquiry* (Haan et al., Eds.). New York: Columbia University Press.

- Habermas, J. (1989). *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Hare, R.M. (1982). Ethical theory and utilitarianism. In *Utilitarianism and Beyond* (A. Sen. & B. Williams Eds.), Cambridge University Press.
- Harris, S., Mussen, P. & Rutherford, E. (1976). Some cognitive, behavioral, and personality correlates of maturity of moral judgement. *Journal of Genetic Psychology*, 128: 123-235.
- Hartshorne, H. & May, M. (1929). *Studies in the nature of character*, Vol. II: *Self-Control*. New York: McMillan.
- Kant, I. (1949). In *Fundamental Principles of Metaphysics and Morals* (Kohlberg, Ed., 1984). New York: Liberal Arts Press.
- Kohlberg, L. (1958). The development of modes of moral thinking and choices in the years ten to sixteen. Unpublished doctoral dissertation. University of Chicago.
- Kohlberg, L. (1971). From is to ought: how to commit the naturalistic fallacy and get away with it. In *Cognitive Development and Epistemology* (T. Mischel, Ed.). New York: Academic Press.
- Kohlberg, L. (1981). *Essays in Moral Development*, Vol. I. San Francisco: Harper and Row.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays in Moral Development*, Vol. II. San Francisco: Harper and Row.
- Kohlberg, L. & Candee, D. (1984). The relation of moral judgement to moral action. In *Morality, Moral Behavior and Moral Development* (W. Kurtines & J. Gewirtz, Eds.). New York: Wiley.
- Krebs, R. & Kohlberg, L. (1984). Moral judgement and ego controls as determinants of resistance to cheating. In *Research in Moral Development* (L. Kohlberg & D. Candee, Eds.). Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Krebs, R. & Rosenhard, A. (1977). Moral reasoning and moral behavior in conventional adults. *Merrill-Palmer Quarterly*, 23: 77-87.
- Linn, R. (1988). Moral judgement in extreme social contexts: soldiers who refuse to fight and physicians who strike. *Journal of Applied Social Psychology*, 18, 13: 1149-1170.
- Loevinger, J. (1976). *Ego Development, Conceptions and Theories*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Lourenço, O.M. (1992). *Psicologia do Desenvolvimento Moral: Teoria, Dados e Implicações*. Coimbra: Almedina.
- Lytton, H. et al (1987). Moral Judgement and reported moral action: a tenuous relationship. *Journal of Ed. Research*, 33: 150-162.
- MacNamee, S. (1978). Moral behavior, moral development and motivation. *Journal of Moral Education*, 7: 27-31.
- Milgram, S. (1974). *Obedience to Authority: an experimental view*. New York: Harper and Row.
- Mischel, W. (1973). Toward a cognitive social-learning theory of personality development. *Psychological Review*, 80: 252-284.
- Nelsen, W., Grinder, R. & Biaggio, A. (1969). Relationships among behavioral, cognitive-developmental and self-report measures of morality and personality. *Multivariate Behavioral Research*, 4: 481-500.
- Piaget, J. (1932). *Le jugement moral chez l'enfant*. Paris: Alcan.
- Rawls, J. (1971). *A theory of justice*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Rest, J. (1973). The Hierarchical Nature of Moral Judgement. *Journal of Personality*, 41: 86-109.
- Porteus, B.D. & Johnson, R.C. (1965). Children's responses in two measures of conscience development and their relation to sociometric nominations. *Child Development*, 36: 703-711.
- Santrock, J.W. (1975). Moral Structure: the interrelations of moral behavior, moral judgement, and moral affect. *Journal of Genetic Psychology*, 127: 201-213.
- Sidgwick, H. (1987). *Methods of Ethics*. London: McMillan.
- Spielberger, C.D. (1966). Theory and Research on Anxiety. In *Anxiety and Behavior* (C.D. Spielberger, Ed.). New York: Academic Press.
- Spielberger, C.D. (1970). *Manual for the State-Trait Anxiety Inventory*. Palo Alto: Consulting Psychologists Press.
- Spielberger, C.D., Biaggio, A & Natalício, L. (1979). *Manual do IDATE*. Rio de Janeiro: Centro Editor de Psicologia Aplicada (CEPA).
- Spielberger, C.D. (1989). *Cross-Cultural Anxiety*, Vol. IV. New York: Hemisphere.
- Winer, B.J. (1963). *Statistical Principles in Experimental Design*. New York: Wiley.

RESUMO

Neste estudo examinamos a debatida questão da consistência entre juízo moral e conduta moral, por um lado, e as possíveis relações entre consistência moral e ansiedade, por outro. 28 estudantes universitários, com idades compreendidas entre os 17-30 anos, foram avaliados no seu nível de desenvolvimento moral, numa medida de resistência à tentação e no seu grau de ansiedade, entendida quer em termos de traço, quer em termos de estado. De modo global, os resultados são consistentes com a hipótese da relação entre juízo moral e acção moral, por um lado, e parecem indicar que tal relação é mediada pela ansiedade estado, mas não traço, por outro. Contudo, o tamanho da amostra bem como o facto de alguns sujeitos se terem comportado de modo surpreendente,

na situação de resistência à tentação, sugerem que tais resultados devem ser interpretados cautelosamente e olhados como muito exploratórios.

ABSTRACT

One of the major criticisms of Piaget's and Kohlberg's theories of development is that they overemphasize cognition at the expense of behavior and feelings. The purpose of this project is to investigate the relationships between moral judgment and moral behavior, as possibly mediated by anxiety. Twenty-eight college students of both sexes were placed into a temptation situation in which they could falsify exam scores. The instruments used were Gibbs et al. (1984) «Sociomoral Reflection Objective Measure» and Spielberger's «State-Trait Anxiety Inventory», both in their Brazilian/Portuguese language versions. The results revealed that four

students changed their scores upwards, while three of them changed them downwards. The moral judgement level of those who changed their scores upwards was lower (but not significantly so) than that of the «honest subjects». Surprisingly, the lowest moral judgement scores were those of the subjects who decreased their scores. These subjects were also higher on state-anxiety than the other groups. All comparisons were made by non-parametric Kruskal-Wallis Anovas.

The data were discussed in terms of the complexity of the interrelationships among the variables studied, and the possible interference of intelligence, attention, and carelessness among those who decreased their scores. Several other studies are under way for this project, including a study of criminal prisoners, whose moral judgment scores are significantly lower than those of college students. Another investigation looks at the relationships between altruism, social activism, and moral judgment.